

# Diário de Notícias

FUNDADO EM 1864

22/3/85

## Editorial Quem auxilia a Renamo?

UM ano volvido sobre a assinatura do acordo do Incomati, o Governo moçambicano não esconde mais a sua irritação face aos seus resultados no campo prático. Com efeito, longe de se ter enveredado, como se desejava e era de supor, por uma via de concertação entre os dois países (República Sul-Africana e Moçambique e a República Popular de Moçambique), que levasse rapidamente à paz, com as actividades da Renamo entrando numa fase acelerada de enfraquecimento, foi afinal o contrário que acabou por verificar-se.

Já em finais de Setembro do ano findo, quando se completavam seis meses sobre a celebração do tratado, Maputo foi muito expressivo no seu desapontamento, ao ponto de ter mesmo dado a entender a Pretória que ou o acordo funcionava ou, então, Moçambique desvinculava-se dos compromissos nele assumidos — e, diga-se de passagem, pela sua parte realmente cumpridos — a começar pelo ponto final nas actividades do ANC a partir do seu território.

O reconhecimento, em princípios de Outubro, por parte da Renamo, da legitimidade de Samora Machel como Presidente da República Popular de Moçambique — aliás arrancado a ferros aos representantes do movimento rebelde pelas autoridades de Pretória — foi então festejado como sendo um indicativo seguro do cessar de hostilidades e o aplanar, enfim, do caminho para a paz.

Outros seis meses decorridos, eis, porém, que a realidade é outra — continua, afinal, a ser outra —, e, pela primeira vez, Samora Machel responsabilizou formalmente a África do Sul pela violação e inoperacionalidade do acordo, que, até ao momento, não atingiu o objectivo que levou à sua assinatura. Segundo o Presidente moçambicano, isso não foi ainda possível, porque «as autoridades de Pretória não tomaram medidas enérgicas para pôr cobro às actividades do banditismo armado que opera a partir do território sul-africano».

A acusação parece ter razão de ser: não só Pik Botha tomou a iniciativa de ir, ele próprio, ao encontro da parte acusadora para directamente, e em *sua casa*, lhe dar uma explicação como, ao contrário de refutar as palavras inegavelmente duras e severas de Machel, acabou por reco-

nhecer existirem no seu país forças e organizações clandestinas que, ultrapassando o Governo de Pretória, continuam afinal a accionar os mecanismos que permitem à Renamo manter a luta contra o regime de Maputo e, até mesmo, intensificá-la. Até que ponto essa rede terá, inclusive, o apoio e protecção da ala mais radical das forças armadas sul-africanas será uma hipótese a admitir — ainda que, naturalmente, as autoridades de Pretória a não tivessem sequer colocado.

Ao acusar «capitalistas com vastos interesses em África, Europa e América do Sul», que considera conotados com a Renamo, o ministro dos Estrangeiros sul-africano mostrou, muito concretamente, os industriais portugueses Manuel Bulhosa e António Champalimaud. Há, assim, uma consonância entre as declarações de Pretória e o que, nos últimos meses, as autoridades de Maputo têm repetidamente afirmado quanto à denominada «componente de Lisboa».

A confirmar-se o que as autoridades moçambicanas, primeiro, e as sul-africanas, agora, referem, haverá uma efectiva organização que, actuando à margem dos governos português e da África do Sul, não só está impedindo que se atinja a paz interna indispensável ao futuro de Moçambique — como tem procurado afinal comprometer aqueles dois Governos aos olhos do governo moçambicano. O que é lamentável e, só por si, justificará, naturalmente, a adopção de medidas eficazes, da parte quer de um quer do outro, no sentido de contrariarem os seus desígnios.